

A COB não dá o aval à negociação de Evo com os fascistas

24-Set-2008

A Central Obrera Boliviana (COB) não augura nada de bom no diálogo em curso entre o governo indígena-camponês e a oligarquia separatista. O presidente convida os prefeitos (governadores) a chegar a um grande acordo nacional em quatro ou cinco dias.

Redacção de
Econoticiasbolivia

A cúpula da COB assegurou que não dá o aval às negociações que o presidente Evo Morales está a manter com os prefeitos (governadores) fascistas e a oligarquia, procurando concretizar um grande acordo nacional.

"Não estamos de acordo com este diálogo", disse em La Paz o dirigente da COB Mário López, minutos depois de ter início formal o diálogo entre Morales e os prefeitos que governam com mãos de ferro e extrema violência quatro das nove regiões do país.

"Eles de certeza que vão continuar a sua chantagem (...) O presidente deveria reunir-se com o povo e não com os representantes da direita oligárquica", acrescentou López, em representação da direcção da COB, a central sindical unitária que aglutina todos os trabalhadores do campo e da cidade.

Com esta declaração pública contra a negociação aberta, López adiantou-se às críticas e aos questionamentos que fizeram os mineiros e outros sindicatos radicais, que rejeitaram o apoio político que deu ontem a cúpula da COB ao governo de Evo Morales.

Esta quarta-feira, a direcção oficialista da COB, sem consultar os sindicatos e federações mais combativas e fortes, apoiou o governo de Morales e assinou o denominado "Pacto de Unidade", o que foi interpretado como um aval às negociações que realiza Evo com a oligarquia fascista em busca de um acordo nacional.

O pacto da direcção da COB com Morales dá-se em defesa da democracia, contra o fascismo e em apoio à nova Constituição Política do Estado, que preserva a propriedade privada, o investimento estrangeiro e o desenvolvimento do capitalismo.

Independência de classe

Guido Mitma, secretário-executivo da combativa e poderosa Federação Sindical de Trabalhadores Mineiros, rejeitou esse pacto e disse que a acção da direcção da COB era "unilateral e inorgânica" e que comprometia a independência política dos trabalhadores e o seu ideário socialista.

"Para nós, isto (o pacto) é um tema político e os trabalhadores não podem prestar-se a isso. Rejeitamos por princípio esta actuação do companheiro Pedro Montes (principal dirigente da COB), que de maneira inorgânica firmou um pacto com o oficialismo", afirmou.

O dirigente da Federação de Mineiros proletários questionou, além disso, o diálogo e as negociações que o governo de Morales realiza com a oligarquia. "O diálogo está condicionado e questionamos que o companheiro Pedro Montes se preste a isso. Como mineiros sindicalizados, sentimo-nos incómodos", acrescentou.

Mitma também criticou que os dirigentes oficialistas da COB tivessem firmado o acordo com Morales, com o concurso de organizações sindicais paralelas às reconhecidas oficialmente pela COB.

Conciliação com o inimigo de classe

"Nós sempre vamos defender a democracia, mas não com pactos e de maneira inorgânica, como está a actuar o companheiro Pedro Montes. Nós mineiros assumimos o compromisso de preservar a integridade do território nacional e da democracia", disse ao assegurar que o diálogo e as concessões à oligarquia não vão trazer nada de bom para os trabalhadores e o país.

O dirigente mineiro advertiu que a política de conciliação com a burguesia não beneficia o povo nem o processo de mudança. Defendeu, pelo contrário, o aprofundamento da denominada agenda de Outubro, que consiste na nacionalização real dos recursos naturais não renováveis que ainda continuam nas mãos das transnacionais, a expropriação dos imensos latifúndios no Oriente e nos vales, a distribuição das terras entre os camponeses e os indígenas pobres, e a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores.

Linha revolucionária

Mitma disse que a linha revolucionária dos trabalhadores com relação à oligarquia e aos prefeitos fascistas já tinha sido fixada em sucessivas

assembleias dos mineiros de Huanuni e da Federação.

Nestas assembleias, os mineiros, diante do avanço do fascismo e da direita, proclamaram publicamente a necessidade de que "as minorias esmagadas em 2003 e 2005 devem definitivamente ser eliminadas, porque são as financiadoras deste estado de anarquia e de ilegalidade montado sobre o grande espectáculo das autonomias."

"A nossa luta deve ser dirigida ao objectivo de arrebatam a fonte do poder económico desta minoria oligárquica e latifundiária. Isto significa lutar pelo cumprimento das Agendas de 2003 e 2005, nacionalizando as empresas transnacionais e recuperando as empresas capitalizadas. Assim ferimos de morte os oligarcas, travamos o saque do país, geramos fontes de trabalho e superamos, nos factos, a pobreza ancestral à que nos submeteram o capitalismo e o neoliberalismo."

"O governo já não pode iludir irresponsavelmente este caminho. Basta de concertar com os conspiradores e os sabotadores do verdadeiro processo de mudança. A mudança não deve ser uma frase oca mas sim uma mudança estrutural para recuperar os nossos recursos naturais e explorá-los através do Estado sob controlo social. Nacionalizar e industrializar as nossas riquezas deve ser o objectivo imediato. A experiência demonstrou que só o povo através do Estado pode fazê-lo", assinalava este pronunciamento dos mineiros.

Diálogo e acordo nacional

Mas é outra a ideia do governo de Morales, que está decidido a chegar a um acordo de longo fôlego com os fascistas, que lhe permita recuperar a governabilidade e, pelo menos, o acesso ao Oriente e aos vales, onde a oligarquia forjou governos em rebeldia e que não lhe permitem sequer a entrada.

"O presidente pediu-lhes (aos prefeitos opositores) que o diálogo não seja interrompido. Que trabalhemos aqui estes quatro ou cinco dias, se for necessário seguidos, até conseguir acordos para que o país tenha resultados deste encontro", disse o porta-voz da presidência, Iván Canelas.

Expectativas de uns e de outros

Pactuada a trégua com os fascistas, o governo de Evo tem a esperança de que o seu apoio eleitoral obtido no dia 10 de Agosto (67% de apoio) e o imenso repúdio popular ao massacre ocorrido no Oriente (com um saldo de 15 mortos, uns 30 feridos e a detenção do genocida prefeito de Pando, Leopoldo Fernández), obrigue os prefeitos e a oligarquia a concertar um grande acordo nacional.

Evo, que representa os interesses históricos dos pequenos produtores e proprietários de parcelas camponesas e de oficinas urbanas, quer uma aliança com a oligarquia e os cem clãs, que são donos da terra e da economia, para preservar a democracia representativa e fortalecer o funcionamento do capitalismo andino, modelo económico e político sustentado na propriedade privada, no respeito ao investimento estrangeiro e no fortalecimento da burguesia nacional e dos pequenos produtores privados, com a contribuição e participação estatal.

Também quer conseguir a aprovação de uma nova Constituição Política que outorgue, pelo menos no formal, mais direitos às populações indígenas, impulsione o desenvolvimento capitalista da Bolívia e abra o caminho à sua reeleição até 2020.

A direita fascista, em contrapartida, consciente de que fustigando o líder indígena conseguiu recuperar o poder na metade do país, já não quer nenhum pacto com Evo, muito menos a sua nova Constituição e a sua possível reeleição, e aposta em desgastá-lo e impedir que se mantenha no governo mais além de 2010, quando conclui oficialmente o seu mandato de cinco anos.

Nos factos, a oligarquia não quer chegar a um acordo com Morales e por isso exige um conjunto de reivindicações que só poderia ser cumprido se Evo se rendesse totalmente. Assim, exigem que o governo lhes devolva os recursos dos impostos sobre os hidrocarbonetos (cerca de 200 milhões de dólares ao ano), anule os avanços da nova Constituição e reconheça os seus estatutos autonómicos (que lhes permite ter o seu próprio Parlamento, ditar leis por cima das nacionais, cobrar impostos e criar a sua própria polícia).

Nestas condições, um acordo entre Evo e os fascistas parece pouco provável, inclusive para os sindicalistas que defendem Morales. Assim, por exemplo, Edgar Patana, que dirige a Central Obrera de El Alto e que também assinou o acordo de apoio a Morales, assegura que a oligarquia só quer ganhar tempo para desviar as aspirações populares.

"No diálogo, eles (os prefeitos) só se interessam por bloquear a nova Constituição, continuar a manobrar o tema terras e travar a reeleição do presidente. São temas que não os deixam dormir", disse.

18/9/2008

Tradução
de Luis Leiria